



MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS - SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Município de Três Passos

**LTIP - LAUDO TÉCNICO DE
INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE**

NR 15 e NR 16

01/08/2023 a 28/03/2025

SUMÁRIO

1 - REVISÕES	4
2 - Introdução	6
3 - Instrumentos Utilizados ao Tipo de Agente Presente	8
4 - Metodologia do uso do(s) instrumento(s)	9
5 - Ferramentas de Apoio	10
6 - Relação de funções conforme CBO	11
7 - Importante	12
<i>7.1 Critérios utilizados para definição do nível do risco</i>	13
<i>7.2 Níveis de risco possíveis</i>	16
<i>7.3 Classificações de prioridade de risco</i>	17
<i>7.4 Matriz para determinação dos níveis de riscos</i>	18
8 - Inventário de riscos	19
9 - Encerramento	20
10 - Anexos	21



Identificação da Empresa

RAZÃO SOCIAL: MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOME FANTASIA: MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 87.613.188/0001-21
ENDEREÇO: AVENIDA SANTOS DUMONT, 75
BAIRRO: CENTRO
ESTADO: RS
FONE: 55 5221200
CNAE (principal): 84.11-6-00
ATIVIDADE PRINCIPAL: Administração pública em geral
GRAU DE RISCO: 1

CIDADE: TRES PASSOS
CEP: 98600-000

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS		
	Masculino	Feminino
Funcionários por sexo	10	18
Total de Funcionários	28	

RESPONSÁVEL DA EMPRESA:

1. Arlei Luis Tomazoni - Prefeito Municipal (CPF: 700.363.650-68)



1 - REVISÕES

Não foram encontradas revisões



Avaliadores

ENGENHEIRO(S) RESPONSÁVEL(IS):

NOME: Rogério Camargo Adiers

CREA: 76894-RS

NIT: 116.50909.98-0

TITULAÇÃO: Engenheiro em Segurança do Trabalho

2 - Introdução

Este trabalho tem por meta, realizar a análise quantitativa e/ou qualitativa dos riscos físicos, químicos e biológicos, existentes nos ambientes de trabalho da prefeitura avaliada e que possam causar possíveis danos à saúde dos trabalhadores. Os danos levantados, bem como, as análises efetuadas, referem-se às situações encontradas por ocasião do levantamento.

A avaliação seguiu a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, enquadrando-se nas Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de Junho de 1978, e modificações posteriores, contidas no capítulo V, título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Tais Normas caracterizam condições insalubres e perigosas conferindo o pagamento de adicional de salário (adicional de insalubridade ou periculosidade, NR 15 e NR 16 respectivamente).

Os riscos ambientais poderão ser controlados utilizando-se de medidas de proteção coletiva (EPC) ou individual (EPI). As medidas de proteção coletiva sempre deverão ser priorizadas, além da entrega de EPI, que deverá ser disponibilizada de acordo com o risco avaliado e possuir certificado de aprovação (CA) do Ministério do Trabalho. O empregador deverá providenciar o treinamento para o uso correto, a manutenção, bem como a sua higienização e tornar obrigatório seu uso. **Esta providencia neutralizará ou eliminará a ação dos riscos ambientais sobre os empregados, uma vez que suprimida a condição insalubre, os adicionais respectivos deixam de ser devidos, tomando como base legal para tal fim o art. 191 da CLT e o parágrafo único do art. 97 da Lei Complementar nº 18 de 16 Agosto de 2011.**

Art. 191 - A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá: (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977):

I - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977);

II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977).

Art. 97 - Parágrafo Único - O direito aos adicionais de que trata este artigo, cessa com eliminação das condições ou riscos que deram causa a sua cpmcessão.

Objetivos:

Tem o objetivo de classificar as atividades com relação à insalubridade e periculosidade, atendendo os parâmetros das Normas Vigentes, através de quantificação e qualificação dos riscos físicos, químicos e biológicos existentes na prefeitura e que possam causar danos a saúde do trabalhador. Sempre que houver modificações nas condições de trabalho, o levantamento deverá ser refeito, pois as conclusões poderão ser alteradas.

Periculosidade: são consideradas atividades perigosas àquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. Outros agentes geradores de periculosidade são atividades que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem em risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a energia elétrica, roubos ou outras espécies de violência física nas atividades de segurança pessoal ou patrimonial, contempladas na Lei nº 12.740, de 08.12.2012, e as atividades ou operações envolvendo radiações ionizantes e substancias radioativas, através da Portaria nº 3.393, de 17/12/1987.

O adicional de periculosidade é de **30 % sobre o vencimento básico do cargo conforme artigo 96 da Lei Complementar nº 18 de 16 de Agosto de 2011.**

Insalubridade: são consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho exponham os empregados a agentes nocivos a saúde, acima dos limites de tolerância

fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição a seus efeitos (art.189 da CLT).

O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assegura a percepção de adicional respectivamente **de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento)**, segundo a classificação nos graus máximo, médio e mínimo respectivamente, incidentes sobre o menor padrão de vencimentos do município conforme prevê artigo 192 da CLT e artigo 95 da Lei Complementar nº 18 de 16 de Agosto de 2011.

Os adicionais de insalubridade ou periculosidade não são cumuláveis, cabendo ao Servidor optar por um deles, quando for o caso conforme Lei Complementar nº 18 de 16 de Agosto de 2011.

3 - Instrumentos Utilizados ao Tipo de Agente Presente

Não foram necessários instrumentos nas avaliações realizadas

4 - Metodologia do uso do(s) instrumento(s)

4.1 - CUIDADOS GERAIS

1. Certificação da validade da calibração dos equipamentos de medição;
2. Controle da correta realização das medições;
3. Realização das medições mediante a presença de um representante dos colaboradores;
4. Certificação de que no momento da medição as condições de trabalho em relação a exposição aos agentes avaliados sejam normais e habituais;
5. Comprovação da medição em todos os postos de trabalho nos lugares onde habitualmente se situam os colaboradores.

4.2 - AVALIAÇÃO(ÕES)

As avaliações foram realizadas em um dia normal de trabalho, de acordo com o ambiente de trabalho da empresa e foram classificadas conforme a metodologia de avaliação adequada a cada agente de risco conforme apresentado a seguir:

4.2.1 - QUANTITATIVAS

Não foram identificados riscos significativos

4.2.2 - QUALITATIVAS

Não foram identificados riscos significativos



5 - Ferramentas de Apoio

Para que se tenha um parecer técnico conclusivo sobre a percepção ou não dos respectivos adicionais, foram necessárias verificações in-loco das seguintes documentações:

- Fichas de fornecimento de EPIs e sua rotina de registros;
- Ordens de serviço;
- Procedimentos operacionais;
- Atas de treinamento (NR6),
- Análise de uso correto de creme de proteção para as mãos por meio de luz negra, quando utilizado na prefeitura.

6 - Relação de funções conforme CBO

Setor	CBO	Cargo	Função	Qtde Func
Secretaria Municipal de Administração - DRH //	4110-10	ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS	ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS	0
TOTAL				0

7 - Importante

Importante:

Esta relação de setores/funções foi elaborada especificamente para este trabalho a partir da relação com setores e/ou grupos homogêneos de exposição e funções dentro da prefeitura.

Esta relação visa somente facilitar a descrição das atividades desenvolvidas pelos funcionários dentro da prefeitura, visando identificar os riscos e agentes que cada grupo está exposto, não podendo ser usada legalmente para requerer equiparações salariais ou qualquer outra pretensão de retorno financeiro.

O autor NÃO autoriza o uso desta relação por terceiros que não tenham a devida anuência de uso da MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO através de seus mandatários, sendo os infratores responsáveis pelo seu uso sem autorização.

7.1 Critérios utilizados para definição do nível do risco

Probabilidade		
Significado	Peso	Descrição
1 - Improvável	0	Requisitos de NRs x Medidas de Prevenção Implementadas (alíneas a e b): As medidas de controle existentes representam a melhor tecnologia ou prática de controle possível e há garantias de que sejam mantidas em longo tempo. Perfil de Exposição x NR - 09 (alínea d): Exposição estimada inferior a 10 % do LEO . E < 10% LEO. Exigências da Atividade (alínea c): O controle representa a melhor tecnologia ou prática disponível e há garantias de que sejam mantidas em longo prazo.
2 - Pouco provável	1	Requisitos de NRs x Medidas de Prevenção Implementadas (alíneas a e b): As medidas de controle existentes estão em conformidade com as NRs, eficientes há garantias de sejam mantidas em longo prazo. Perfil de Exposição x NR - 09 (alínea d): Exposição estimada entre 10% e 50 % do LEO. Exigências da Atividade (alínea c): As medidas de controle existentes estão em conformidade com as NRs, eficientes e há garantias de que sejam mantidas em longo prazo.
3 - Provável	2	Requisitos de NRs x Medidas de Prevenção Implementadas (alíneas a e b): As medidas de controle existentes são adequadas, mas apresentam pequenas deficiências ou desvios que são mitigados por medidas administrativas e individuais. As medidas de controle existentes são adequadas, mas não há garantias de que sejam mantidas a longo prazo. Perfil de Exposição x NR - 09 (alínea d): Exposição estimada entre 50% e 100 % do LEO. Exigências da Atividade (alínea c): As medidas de controle existentes são adequadas, mas apresentam pequenas deficiências ou desvios que são mitigados por medidas administrativas e individuais. As medidas de controle existentes são adequadas, mas não há garantias de que sejam mantidas a longo prazo.
4 - Alta probabilidade	3	Requisitos de NRs x Medidas de Prevenção Implementadas (alíneas a e b): As medidas de controle existentes apresentam desvios ou problemas significativos. A eficiência é duvidosa e não há garantias de manutenção adequada ou de que sejam mantidas em longo prazo. Perfil de Exposição x NR - 09 (alínea d): Exposição estimada entre 100% e 500 % do LEO. Acima do LEO. Exigências da Atividade (alínea c): As medidas de controle existentes apresentam desvios ou problemas significativos. A eficiência é duvidosa e não há garantias de manutenção adequada ou de que sejam mantidas em longo prazo.

5 - Probabilidade excessiva	4	Requisitos de NRs x Medidas de Prevenção Implementadas (alíneas a e b): Medidas de controle inexistentes ou as medidas existentes são reconhecidamente inadequadas. Perfil de Exposição x NR - 09 (alínea d): Exposição estimada acima de 500 % do LEO. Condição de superexposição. Exigências da Atividade (alínea c): Medidas de controle inexistentes ou as medidas existentes são reconhecidamente inadequadas.
Severidade		
Significado	Peso	Descrição
1 - Pouca importância	0	Características da Lesão ou Agravamento: Lesão, sinal ou sintoma leve, com efeitos reversíveis. Capacidade Funcional: Não limita a capacidade funcional. Afastamento Médico: Exige tratamento médico, mas não implica afastamento superior a 1 dia. Exemplos de Danos Associados: Ferimentos superficiais, pequenos cortes e contusões, irritação dos olhos pela poeira, incomodo e irritação (por exemplo, dores de cabeça), problema de saúde levando a um desconforto temporário.
2 - Preocupantes	1	Características da Lesão ou Agravamento: Lesão ou agravamento moderado, com efeitos reversíveis. Capacidade Funcional: Não limita a capacidade funcional. Afastamento Médico: Exige tratamento médico e pode implicar afastamento de até 15 dias. Exemplos de Danos Associados: Lacerações, queimaduras, concussão, entorses, fraturas de bom prognóstico, dermatite asma, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) em fase aguda.
3 - Severos	2	Características da Lesão ou Agravamento: Lesão ou agravamento grave, com efeitos reversíveis. Capacidade Funcional: Pode limitar a capacidade funcional. Afastamento Médico: Exige tratamento médico e pode implicar afastamento superior a 15 dias. Exemplos de Danos Associados: Lacerações, queimaduras, concussão, entorses, fraturas de bom prognóstico, dermatite asma, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) em fase aguda.
4 - Irreversíveis	3	Características da Lesão ou Agravamento: Lesão ou agravamento grave, com efeitos irreversíveis. Capacidade Funcional: Limita a capacidade funcional, mas não totalmente. Afastamento Médico: Exige tratamento médico e pode implicar afastamento. Exemplos de Danos Associados: PAINPSE (perda auditiva induzida de pressão sonora elevados), amputações de segmentos, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) em fase crônica.

5 - Ameaça	4	Características da Lesão ou Agravado: Lesão ou agravado crítico ou fatal. Capacidade Funcional: Limita totalmente a capacidade funcional ou pode causar a morte. Afastamento Médico: Exige tratamento médico e pode implicar afastamento. Exemplos de Danos Associados: Amputações de membros, fraturas de mau prognóstico, envenenamento, lesões mutagênicas, ferimentos múltiplos que resultem em fatalidade, câncer ocupacional, outras doenças graves que diminuem a vida (pneumoconiose fibrogênica), doenças agudas fatais.
------------	---	---

7.2 Níveis de risco possíveis

Nível de Risco	
Nível	Significado
0 - Trivial	Risco inofensivo para saúde e integridade física não sendo necessário medidas de controle sobre a exposição.
1 - Baixo	Pouco importante, pois gera perigos baixos para integridade física.
2 - Moderado	Probabilidade de gerar danos a saúde e integridade física sendo necessário medidas de controle de exposição.
3 - Alto	De grande importância necessitando medidas de controle imediatas. A exposição pode provocar danos graves a saúde e integridade física.
4 - Muito Alto	Prejudicial para saúde levando a complicações sérias. Probabilidade de danos severos e até mesmo óbito.



7.3 Classificações de prioridade de risco

Classificação de Risco	
Classificação	Significado
1 - Irrelevante	Não prioritário. Ações dentro do princípio de melhoria contínua. Pode ser necessária avaliação quantitativa e / ou qualitativa do Setor / GHE para confirmação da categoria, a critério do profissional de Higiene Ocupacional
2 - De Atenção	Prioridade básica. Iniciar processo de controle do Setor / GHE e / ou realizar avaliação criteriosa dos riscos qualitativos e quantitativos presentes no ambiente para confirmação da categoria e monitoramento periódico.
3 - Preferencial	Prioridade preferencial. Adotar medidas de controle para redução da exposição e iniciar processo de avaliação quantitativa do Setor / GHE quando for o caso.
4 - Não tolerável	Prioridade máxima. Adotar medidas imediatas de controle. Quando não, a continuidade da operação só poderá ocorrer com ciência e aprovação do gestor / gerente geral da unidade ou instalação. Iniciar processo de avaliação quantitativa e / ou realizar avaliação criteriosa dos riscos qualitativo do Setor / GHE para verificação do rebaixamento da categoria de risco.



7.4 Matriz para determinação dos níveis de riscos

		Probabilidade				
		1 - Improvável (Peso 0)	2 - Pouco provável (Peso 1)	3 - Provável (Peso 2)	4 - Alta probabilidade (Peso 3)	5 - Probabilidade excessiva (Peso 4)
Severidade	5 - Ameaça (Peso 4)	Baixo	Moderado	Moderado	Alto	Muito Alto
	4 - Irreversíveis (Peso 3)	Trivial	Moderado	Moderado	Alto	Alto
	3 - Severos (Peso 2)	Trivial	Baixo	Moderado	Moderado	Moderado
	2 - Preocupantes (Peso 1)	Trivial	Baixo	Baixo	Baixo	Moderado
	1 - Pouca importância (Peso 0)	Trivial	Trivial	Trivial	Trivial	Baixo

8 - Inventário de riscos

INVENTÁRIO DE RISCOS			
Setor	Secretaria Municipal de Administração - DRH //	Qtde de Funcionários	0
Cargo	ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS	Função	ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS
Descrição das atividades	SÍNTESE DE DEVERES: Assessorar a execução das atividades pertinentes à área de Pessoal que atenda a legislação pertinente e a observância das normas administrativas que a regem, inclusive com a emissão de parecer opinativo quando expressamente solicitado. ATRIBUIÇÕES: Assessorar as atividades da área de administração de pessoal certificando-se da exatidão dos documentos referente ao registro dos servidores; supervisionar a organização da documentação de registro funcional dos servidores certificando-se do pronto e correto lançamento dos atos de registro e acompanhamento da vida profissional dos mesmos; supervisionar o fornecimento de informações às demais secretarias e departamentos a respeito da legislação que rege os servidores; supervisionar as ações de arquivamento da documentação na pasta dos servidores; supervisionar e orientar a confecção da folha de pagamento e a revisão e os relatórios por ela gerados certificando-se da exatidão dos dados contidos; orientar e informar os dados referente aos períodos aquisitivos de férias dos servidores, para fins de gestão e organização por parte de cada secretaria; assessorar em reuniões e comissões de inquéritos; supervisionar a solicitação de empenho de verbas para pagamento da folha; fazer a avaliação de desempenho de seus subordinados em conformidade com a legislação vigente; emitir pareceres opinativos referente a matéria de contratação/rescisão e exoneração de servidores quando expressamente solicitado. Emitir relatórios pertinentes ao setor de recursos humanos. Abastecer os sistemas do Tribunal de Contas nos casos em que não houver delegação por portaria para outros servidores. Supervisionar e orientar o abastecimento dos sistemas nos casos de delegação da atribuição para outros servidores, mediante portaria. Executar tarefas afins.		
EXPOSIÇÕES			
Não foram identificados riscos significativos			
CONCLUSÕES			
Periculosidade: N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)			
Insalubridade: N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).			

9 - Encerramento

ROGÉRIO CAMARGO ADIERS
ENGENHEIRO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - CREA: 76894-RS

TRES PASSOS - RS, 28 de março de 2025

10 - Anexos

Laboratório de calibração
INSTRUBRAS
Lab

**CERTIFICADO
DE CALIBRAÇÃO**

Nº 36.490-2023

DADOS DO CLIENTE:

Nome: Conplan Segurança e Saúde Ltda.
Endereço: Avenida Maua, 1377 - Centro - Ibirubá/RS

DADOS DO INSTRUMENTO CALIBRADO:

Descrição: Dosímetro de Ruído
Fabricante: Inlite
Modelo: DosePro
Data de Calibração: 27/10/2023
Data de Emissão: 27/10/2023
Nº Série: 22051303901A
Tag: ----
Nº OS: 3802
Procedimento de Calibração: Pt-03-rev.00

CONDIÇÕES AMBIENTAIS:

Temperatura: 25°C ± 3°C **Umidade Relativa Ar:** entre 35% e 70%

RASTREABILIDADE:

Identif.	Nº. Cert.	Emitente	Validade
Calibrador de nível sonoro	A0347/2022	RBC CAL 0024	jun/24
Termohigrômetro digital	5611/22	RBC CAL 0455	ago/24

RESULTADO DA CALIBRAÇÃO:

Pressão Sonora (dB)				
VR	VI	EI	± U db	K
94,00	94,00	0,00	1,00	2,0
114,00	113,90	-0,10	1,00	2,0

NOTAS:

- VR:** Valor Convencional, valor correspondente ao padrão utilizado.
VI: Valores de Indicação, resultado obtido da média aritmética na unidade da grandeza correspondente ao instrumento sob calibração.
EI: Erro de Indicação, (VI - VR).
U: A Incerteza expandida de medição relatada é declarada como a incerteza padrão de medição multiplicada pelo fator de abrangência k, que para uma distribuição t-Student correspondente a uma probabilidade de abrangência de aproximadamente 95,45%.
A incerteza padrão da medição foi determinada de acordo com a publicação EA-4/02.

- Os resultados deste certificado refere-se exclusivamente ao instrumento submetido a calibração específicas, não sendo extensivo a quaisquer lotes.
- Este certificado não tem valor para fins de metrologia legal e se limita exclusivamente ao instrumento calibrado.
- Os resultados são válidos somente para o estado do instrumento no momento da calibração.



Assinado de forma digital por DAIANE
TRINDADE COSTA:00087748037
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF
A1, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por AR
CNB CF, cn=DAIANE TRINDADE
COSTA:00087748037

Signatário Autorizado

Página 1/1

Fone: (51) 3078-1318 / (51) 3078-3001
E-commerce: www.instrubras.com.br
E-mail: calibracao@instrubras.com.br

Razão Social: Instrubras Instrumentos de Medição Ltda.
Cnpj: 22.234.759/0001-71
Rua Bento Gonçalves, 451, Sala 302, Bairro São Sebastião,
Esteio / RS, Cep: 93265-350

Conplan Segurança e Saúde Ltda
Av Maua, 1377, sala 1, Centro, Ibirubá - RS
Telefone: (54) 3324-2208 E-mail: financeiro@conplan.com.br

